

## Campanha Salarial 2017

# 20/03

## AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E ASSEMBLEIA GERAL

*Todos e todas presentes para mostrar que os vigilantes são de luta e estão mobilizados em defesa da Convenção Coletiva de Trabalho! Não aceitaremos retrocesso!*



No dia 20 de março teremos mais uma audiência para tratar da nossa Campanha Salarial, data-base 1º de Janeiro/2017. Em um momento muito conturbado, em que o Presidente da Câmara dos Deputados ataca a Justiça do Trabalho e o governo Temer apresenta uma reforma trabalhista e da previdência que ataca direitos e conquistas da classe trabalhadora, devemos nos mobilizar ainda mais, lutar com mais força para não permitirmos que o retrocesso bata à nossa porta.

Somos uma categoria que já demonstrou em diversas ocasiões que a unidade, participação e mobilização fazem a diferença para arrancar nossas vitórias e avanços. Desta vez não pode ser diferente. Apesar de todos

os ataques que o Governo Federal e o Congresso Nacional preparam contra os homens e as mulheres do Brasil, vamos resistir e defender o que é justo, o que merecemos como profissionais que arriscam a vida diariamente para enriquecer alguns.

O impasse em nossa Campanha Salarial 2017 já é por conta desses ataques, e alguns patrões pensam que nos intimidarão. Enganam-se, pois é na adversidade que ficamos ainda mais unidos e preparados para a luta. Vamos defender a Justiça do Trabalho e confiar que a nossa mobilização será fundamental para chegarmos à vitória.

Esperamos todos vocês na Assembleia que será realizada após a audiência no Ministério Público do Trabalho (MPT).

## ASSEMBLEIA GERAL

-  **20/03 – segunda-feira**
-  **a partir das 15 horas**
-  **Em frente ao MPT (513 Norte – Ed. Imperador)**
-  **Avaliar o resultado da audiência no MPT e definir os rumos da Campanha Salarial/2017**

# Juízes do Trabalho se revoltam contra 'críticas irresponsáveis' de Rodrigo Maia

*Colégio de presidentes e corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho e principal entidade da classe condenam presidente da Câmara que disse que segmento do Judiciário não deveria existir*

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), e o Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor) divulgaram nota em que manifestam repúdio às declarações do presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). O deputado defendeu fortemente a mudança da legislação trabalhista e, ao reclamar do excesso de regras para a relação entre patrão e empregado, sugeriu que a Justiça do Trabalho "não deveria nem existir".

Fonte: Estadão



## A íntegra da nota da Anamatra e do Coleprecor

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, entidade que representa mais de 4.000 juízes do Trabalho em todo o Brasil, e o Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho – COLEPRECOR repudiam as declarações do presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), que afirmou, em entrevista na quarta-feira (8/3), que a Justiça do Trabalho não deveria existir e que os juízes do Trabalho eram irresponsáveis, o que fazem nos seguintes termos:

1 – As afirmações do presidente ofendem os juízes do Trabalho que atuam em todo o Brasil e que, ao contrário do que afirma o parlamentar, têm a importante missão de equilibrar as relações entre o capital e o trabalho, fomentando a segurança jurídica ao garantir a correta aplicação do Direito, de forma digna e decente. Há mais de 70 anos, a história da Justiça do Trabalho está ligada ao fortalecimento da sociedade brasileira, através da

consolidação da democracia, da solidariedade e da valorização do trabalho, missão essa que tem exercido de forma célere, transparente e segura, fazendo cumprir as leis e a Constituição Federal.

2 – Críticas sobre o aprimoramento de todas as instituições republicanas são aceitáveis, mas não aquelas – aí sim irresponsáveis – com o único objetivo de denegrir um segmento específico do Poder Judiciário que, especialmente neste momento de crise, tem prestado relevantes serviços ao país e aos que dela mais necessitam. Somente em 2015, 11,75% (4.980.359 processos) do total de novos processos ingressados no Poder Judiciário representaram as ações relativas ao pagamento de verbas rescisórias, dado que revela o quanto a Justiça do Trabalho é imprescindível em um país desigual e injusto.

3 – Também causa repulsa à Anamatra, ao Coleprecor e aos seus representados as afirmações do deputado de que a reforma traba-

lista encaminhada pelo Governo Federal ao Parlamento seria “tímida” e que a reforma da Previdência não possuiria pontos polêmicos, declarações essas que revelam um profundo desconhecimento dos princípios constitucionais que regem os direitos trabalhistas e sociais, além dos verdadeiros reflexos das propostas para o país.

4 – A Anamatra e o Coleprecor defendem a importância do respeito e equilíbrio entre os Poderes, devendo sempre prevalecer os mais altos interesses da Nação e da ordem democrática e tomarão as medidas jurídicas cabíveis e necessárias para impedir toda e qualquer ruptura da ordem legal e constitucional. Sem um Judiciário altivo e independente, não há democracia.

Germano Silveira de Siqueira  
Presidente da ANAMATRA

James Magno Araújo  
Presidente do COLEPRECOR.